

Patrick J. Geary, O Mito das Nações. A invenção do nacionalismo

Pedro Miguel Cardoso



Edição electrónica

URL: <http://journals.openedition.org/cultura/2762>

DOI: 10.4000/cultura.2762

ISSN: 2183-2021

Editora

Centro de História da Cultura

Edição impressa

Data de publicação: 1 junho 2011

Paginação: 283-286

ISSN: 0870-4546

Refêrencia eletrónica

Pedro Miguel Cardoso, « Patrick J. Geary, O Mito das Nações. A invenção do nacionalismo », *Cultura* [Online], Vol. 28 | 2011, posto online no dia 16 maio 2013, consultado a 22 setembro 2020. URL : <http://journals.openedition.org/cultura/2762> ; DOI : <https://doi.org/10.4000/cultura.2762>

Este documento foi criado de forma automática no dia 22 setembro 2020.

© CHAM — Centro de Humanidades / Centre for the Humanities

Patrick J. Geary, O Mito das Nações. A invenção do nacionalismo

Pedro Miguel Cardoso

REFERÊNCIA

Patrick J. Geary, O Mito das Nações. A invenção do nacionalismo
Lisboa, Gradiva, 2008, 204 pp.

- 1 Nesta obra, Patrick J. Geary, professor emérito de História na Universidade da Califórnia, que dedicou a sua vida académica ao estudo da História Medieval, apresenta-nos as suas “reflexões sobre a relação entre os mitos dos povos europeus e as realidades do nacionalismo contemporâneo” (p. 7). A narrativa que Patrick J. Geary nos oferece tem um objectivo claro e assumido: desmontar os mitos nacionalistas e contribuir para a prevenção do seu reaparecimento e/ou fortalecimento. Esta obra acaba por ser mais um contributo para a vasta literatura sobre o nacionalismo contemporâneo e as suas raízes no século XIX, na senda de um rol de autores como Ernst Gellner, Benedict Anderson, Anthony D. Smith, Eric J. Hobsbawm ou Hagen Schulze.
- 2 Sabe-se pouco sobre o processo de génese étnica que esteve na origem das sociedades europeias. Esse desconhecimento, segundo o autor, favorece a “propaganda étnica nacionalista” que manipula a história e a perverte para sua própria justificação. A retórica nacionalista parte do princípio de que os “povos europeus são unidades sociais e culturais distintas, estáveis e objectivamente identificáveis” (p. 19).
- 3 No entanto, como o autor salienta, na história europeia os movimentos populacionais sempre foram mais a regra do que a excepção. A população da Europa actual é o resultado dessas ondas migratórias. Primeiro vieram grupos de povos que falavam línguas a que damos o nome de indo-europeias, e que substituíram ou absorveram as populações autóctones. Seguiram-se-lhes os celtas, também um povo indo-europeu que se expandiu no século VI a. C., deslocando, absorvendo ou exterminando a população europeia autóctone, processo a que apenas sobreviveram os bascos do Sul de França e

do Norte de Espanha. Desde o século I a. C., as tribos germânicas começaram a empurrar os celtas do Leste até ao Reno, mas umas e outras enfrentaram um invasor diferente: o Império Romano em expansão, que conquistou e romanizou grande parte da Europa e também a Ásia Menor e o Norte de África. No século III começaram novos movimentos migratórios de povos germânicos e da Ásia Central, que substituíram finalmente o sistema imperial romano por um mosaico de reinos separados. A leste, os eslavos infiltraram-se nos Alpes, na bacia dos Cárpatos, nos Balcãs e na Grécia. A última grande migração do primeiro milénio foi a chegada dos Magiares à planície do Danúbio e dos escandinavos à Normandia e ao Norte de Inglaterra. O “período migratório” não terminou com o fim do primeiro milénio mas sim com a chegada de povos turcos à Grécia e aos Balcãs entre os séculos XIII e XVI.

As origens do nacionalismo étnico moderno

- 4 Numa primeira fase do livro, salientando o papel que tiveram os estudos históricos modernos nos séculos XVIII e XIX, o autor debruça-se sobre as origens do nacionalismo étnico moderno.
- 5 Segundo Patrick J. Geary, os Estados-Nação actuais, que têm sido descritos como “comunidades imaginadas”, foram impulsionados pelos intelectuais e políticos do século XIX que “transformaram tradições nacionalistas românticas, mais antigas, em programas políticos” (p. 24). O nacionalismo revelou-se uma ideologia política poderosa e a nação tornou-se num elemento identitário fundamental. Mas nem sempre foi assim: “na Alta Idade Média e no princípio do Renascimento, a ‘nação’ – a par da religião, da consanguinidade, do domínio e da classe social – era uma das categorias em sobreposição com as quais as elites politicamente activas se identificavam a si próprias e organizavam a acção comum. No entanto, o sentimento de pertencer a um país não constituía o mais importante desses laços” (pp. 26-27). Na realidade, a história das nações que povoavam a Europa na Alta Idade Média começou a ser elaborada nos séculos XVIII e XIX e foi concebida e desenvolvida como instrumento do nacionalismo europeu.

Do século V a. C. até à Antiguidade Tardia

- 6 Numa segunda fase do livro, o autor recua no tempo e apresenta o desenvolvimento das categorias intelectuais e culturais através das quais os europeus se distinguiram e categorizaram a si próprios, desde o século V a. C. até à Antiguidade Tardia. Nesse tempo, “as pessoas tinham maneiras diferentes, mas igualmente poderosas, de se identificarem e diferenciarem umas das outras e de mobilizarem estas identidades com finalidades políticas” (p. 49). Por exemplo, os judeus partilhavam com os romanos uma categorização social dicotómica, distinguindo entre o povo de Deus e os outros povos (os gentios). Para os romanos, os outros eram os bárbaros. Bárbaro era uma “categoria inventada, projectada numa variedade de povos, que continha todos os preconceitos e suposições de séculos de etnografia e imperialismo” (p. 71). Apesar das categorizações romanas, que viam homogeneidade, simplicidade, não historicidade, nos povos chamados bárbaros, eles tinham regimes constitucionais (baseados na lei e na adesão) como os romanos e não regimes étnicos. Os alamanos, os godos, os hunos, os francos e

outros, consistiam em grupos que falavam uma variedade de línguas diferentes, tinham costumes diferentes e se identificavam a si próprios com tradições diferentes.

- 7 Em princípios do século III o estatuto de romano, em tempos muito cobiçado, já pouca importância tinha. Ele deixou de exercer o mesmo fascínio quando a sua generalização (por razões fiscais e militares) a todos os habitantes do Império se tornou uma realidade. A grande divisão que permanecia era aquela entre escravos e homens livres. Mas, mesmo assim, não havia nenhuma fronteira clara de raça, etnia ou religião, entre dono e escravo. Com a conversão do imperador Constantino ao cristianismo e a política dos seus sucessores, que foram mais longe, substituindo os cultos tradicionais de Roma pela religião emergente, proibindo as alternativas com o mesmo totalitarismo com que os seus antecessores tinham proibido o culto cristão, a identidade cristã assumiu preponderância.
- 8 Com a chegada dos hunos, primeiro de uma longa série de movimentos vindos das estepes que aterrorizaram a Europa do século IV ao século XV, iniciaram-se transformações que deixaram uma marca profunda.

A primeira tomada de posse da terra

- 9 Numa terceira fase da obra esclarecem-se as circunstâncias nas quais os povos da Europa se desenvolveram na época crucial que foi a Antiguidade Tardia e a Alta Idade Média, o suposto momento da primeira tomada de posse da terra. Com a entrada e permanência de exércitos bárbaros na metade ocidental do Império Romano, ocorreram alterações na identidade social e étnica, uma vez que “os reis bárbaros começavam a tentar transformar os membros culturalmente diferentes dos seus exércitos num povo unido, com uma lei comum e um sentimento de identidade comum” (p. 115). Assim, ao longo do século VI, “a criação de novos reinos territoriais no antigo Império Romano alterou não só a natureza dos povos que deram os seus nomes a estas entidades políticas, mas também a dos ‘novos’ bárbaros que se estabeleceram nas áreas fronteiriças abandonadas por estes grupos” (p. 127). Por exemplo, os lombardos instalaram-se na Itália, os visigodos na Hispânia, os francos na Gália. São exemplos dos novos bárbaros: os saxões, os ávaros e os eslavos. Ocorreram processos de fusão no interior dos reinos do Ocidente, o que fez desvanecer, ou mesmo desaparecer, as linhas separadoras entre romanos e bárbaros. Nos princípios do século VIII, embora alguns dos antigos nomes de povos que encontramos pela primeira vez na Antiguidade Tardia continuassem a ser utilizados, o seu significado tinha-se alterado radicalmente.
- 10 Quando os nacionalistas contemporâneos olham para o momento da primeira tomada de posse da terra, momento em que o seu povo estabeleceu o seu território sagrado e a sua identidade nacional, sobre as ruínas do Império Romano, apelam para uma noção estática da história, quando a história dos povos europeus é um processo contínuo, “de alterações constantes, de descontinuidades radicais e de deambulações políticas e culturais, disfarçadas pela reapropriação repetida de palavras antigas para definir novas realidades” (p. 163).

Rumo a novos povos europeus?

- 11 Num tempo em que se debate o futuro da Europa e da construção europeia é importante que tenhamos uma nova compreensão dos povos da Europa, que foram sempre mais mutáveis, complexos e dinâmicos do que muita gente supõe. A publicação do livro *O Mito das Nações*, procurando na História o sentido de uma temática com implicações bastante actuais, é, por isso, pertinente. Como Patrick J. Geary salienta, “a história dos povos da Europa não terminou – nunca terminará. A etnogénese é tanto um processo do presente e do futuro como do passado. Não há esforços de românticos, políticos ou cientistas sociais que consigam preservar de uma vez por todas a alma essencial de um povo ou de uma nação”. Por isso “os europeus têm de reconhecer a diferença entre o passado e o presente se quiserem construir um futuro” (p. 179).
-

AUTORES

PEDRO MIGUEL CARDOSO

Mestre em Ciência Política e Relações Internacionais pela Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.